

DESPACHO:

C. B. = DCPCT.

[Handwritten Signature]
Carlos Bernardes,
Presidente
2020 0114

De: Inês Lopes

Para: Presidente da Câmara

C/C: Director do Departamento de Estratégia

N.º processo: Proc. 265/2019/AJ5

Data: 14.01.2019

Assunto:

DCPCT. Constituição de cooperativa do Ramo cultural. “REGIE COOPERATIVA REDE CULTURA 2027”. Participação do Município de Torres Vedras.

Foi solicitada à AJ informação sobre o processo de criação da denominada “REGIE COOPERATIVA REDE CULTURA 2027”, cooperativa de interesse público, e a participação do município na mesma, bem como a análise dos seguintes documentos de suporte elaborados pela equipa de apoio ao projecto:

- Manifesto de criação da REDE CULTURA 2027 subscrito em 22 de fevereiro de 2019 por vários municípios;
- Minuta de deliberação da câmara municipal com proposta de adesão a submeter a aprovação da assembleia municipal;
- Nota informativa sobre a orçamentação e cabimento para a criação da Rede;
- Minuta de escritura de constituição da cooperativa de interesse público;
- Estatutos da cooperativa;
- Estudo de viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- Minuta de regulamento interno;

Assim vejamos,

1. Está em causa a constituição e participação do Município de Torres Vedras, com outros municípios e demais cooperadores a admitir nos termos do projecto de estatutos, numa cooperativa de interesse público, na sequência de manifesto subscrito por vários municípios em 22 de Fevereiro de 2019, cujo objectivo foi a criação da REDE CULTURA 2027.
2. De acordo com os documentos enviados pela equipa de apoio ao projecto, a Rede visa a preparação da candidatura da cidade de Leiria a Capital Europeia da Cultura em 2027.

3. É ainda referido que se pretende o desenvolvimento de “outro ritmo de gestão na atividade cultural”, através de um modelo assente no “desempenho de interesse público por entidade especializada, com uma gestão mais eficiente, menos onerosa e com ganhos de escala e de gama”, sendo a referida entidade uma cooperativa de interesse público, também designada por régie cooperativa denominada REDE CULTURA 2027 LEIRIA - Cooperativa de Responsabilidade Limitada”, sem fins lucrativos.
4. A valia do referido modelo associativo é defendida em estudo de viabilidade e sustentabilidade económica e financeira.
5. Na minuta de escritura de constituição consta como objecto da cooperativa a *“promoção e desenvolvimento de ações de concepção, organização, implementação e divulgação de projetos culturais e sociais, incluindo artísticos e pedagógicos, no âmbito transdisciplinar e intercultural, com vista, também, à sustentação da candidatura da cidade de Leiria a Capital Europeia da Cultura em 2027, bem como a promoção de outras atividades culturais, conexas, a nível local, nacional e internacional, colaborando com instituições públicas e privadas, que envolvam artistas e comunidades diversificadas, de acordo com as aspirações culturais, económicas e sociais dos seus membros exercendo, designadamente: a) Consultoria e agenciamento no domínio das artes visuais e formativas, cinema audiovisual e multimédia, incluindo cruzamentos artísticos; b) Promoção de espetáculos de intervenção social, através da arte, com abrangência de espaço público; c) Conceção e divulgação da criação artística contemporânea, numa perspetiva transdisciplinar nomeadamente na música, artes visuais e literatura; d) Promoção de educação informal; e) Criação de residências artísticas e gestão de património; f) Constituição e participação em plataformas criativas em rede; g) Edição e distribuição de obras de arte e de publicações em qualquer suporte; h) Ações de divulgação, marketing e publicidade; i) Promoção e desenvolvimento da qualidade de vida das populações”*.
6. O capital social da cooperativa subscrito inicialmente é de € 387.830,00, no qual o Município de Torres Vedras, terá uma participação de € 29.480,00, correspondente a 2978 títulos de capital de €10,00 e a uma percentagem de 7,60%.
7. No que respeita ao enquadramento legal, nos termos do disposto no artigo 58º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (RJAEL), os municípios, podem criar ou participar em cooperativas.
8. Tais entidades regem-se pelo Código Cooperativo, aprovado pela Lei nº 119/2015, de 31 de Agosto, aplicável ex vi do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro que institui o regime das cooperativas de interesse público, vulgarmente denominadas “régies cooperativas”.
9. As régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, são pessoas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas colectivas de direito

público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos ou pessoas colectivas de direito privado, sem fins lucrativos (cfr. artigo 1º do Decreto-Lei nº 31/84, de 21 de Janeiro, com a redacção do Decreto-Lei nº 282/2009, de 7 de Outubro).

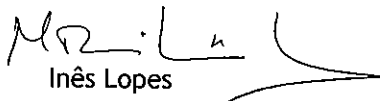
10. A cultura é um dos ramos do sector cooperativo (cfr. artigo 4º, nº 1 f) do Código Cooperativo).
11. O Código Cooperativo estabelece ainda os princípios pelos quais se regem as cooperativas, na sua constituição e funcionamento; as espécies de cooperativas, entre as quais as de interesse público; a forma de constituição; o número mínimo de cooperadores; a eleição da mesa da assembleia de fundadores; os elementos que devem constar dos estatutos; o direitos, deveres e responsabilidade dos membros e as regras da sua admissão, demissão ou exclusão; a definição os órgãos da cooperativa, a sua composição, competências e regras de funcionamento; o regime económico das cooperativas; as regras da sua Dissolução, liquidação e partilha (cfr. artigos 3º; 6º; 7º; 10º; 11º e 12º; 16º; 19º a 26º; 27º a 79º; 80º a 100º; 109º a 114º).
12. A cooperativa adquire personalidade jurídica com o registo da sua constituição (cfr. artigo 17º).
13. No caso em apreço prevê-se nos estatutos que a responsabilidade dos cooperadores é limitada ao montante do capital social subscrito, nos termos do artigo 23º do C. Cooperativo.
14. Porém, antes do registo do acto de constituição da cooperativa, respondem solidária e ilimitadamente entre si todos os que praticaram atos em nome da cooperativa ou autorizaram esses atos (cfr. art. 18º do C. Cooperativo).
15. Às régies cooperativas em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º da Lei nº 50/2012, aplica-se ainda o disposto nos capítulos iii e vi deste diploma, com as devidas adaptações.
16. Assim, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição e participação do município na cooperativa (artigo 53º, nº 1, ex vi do artigo art. 56º, nº 3 do RJAE).
17. A referida entidade deve prosseguir fins de relevante interesse público local , devendo a fundamentação da deliberação da assembleia municipal integrar os pressupostos justificativos desse interesse (artigos 56.º, n.º 1, e 53.º, n.º 1 do RJAE) e tal interesse público deve estar expressamente reflectido no objecto da cooperativa.
18. A actividade da cooperativa deve também compreender-se no âmbito das atribuições do município (artigo 56.º, n.º 1 do RJAE).
19. No caso aqui em apreço tais atribuições decorrem do disposto nos artigos 2º; nº 1 e alínea e) do nº 2 do artigo 23º, todos do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei

nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação actual, que integram a cultura no domínio de atribuições do município.

20. A deliberação da assembleia municipal que aprova a constituição da cooperativa deve ser precedida dos procedimentos previstos na lei (artigo 53.º, n.º 2, ex vi artigo 56.º, n.º 3), desde logo do disposto no art. 32º do RJAEL, ou seja, a deliberação deve ser sempre precedida dos necessários estudos técnicos, nomeadamente do plano do projeto, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento, demonstrando-se a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira sob pena de nulidade e de responsabilidade financeira.
21. Para cumprimento desta exigência legal foi remetido estudo de viabilidade e sustentabilidade económica e financeira.
22. A constituição ou a participação nestas entidades está ainda sujeita ao visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do art. 56º, nº 2 do RJEL, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º e o artigo 46.º, ambos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual (LOPTC).
23. A cooperativa deve apresentar resultados anuais equilibrados (artigo 55.º, n.º 2, ex vi do artigo 56.º, n.º 3 do RJAEL);
24. Analisados os documentos de suporte à deliberação dos órgãos municipais considera-se que estão reunidas as condições para a sua remessa à câmara municipal.
25. Sugere-se, porém, a revisão dos artigos 35º, nº 2 (reserva legal) e 36º, nº 2 a) (Reserva para educação e formação cooperativas) que, certamente por lapso, se referem às “joias”, porquanto os Estatutos não prevêm a exigibilidade de qualquer joia por parte dos cooperadores.
26. No que respeita à orçamentação e cabimento para efeitos de criação da Rede Cultura 2027 remete-se em anexo a Nota informativa elaborada pela equipa de apoio ao projecto para envio à Divisão Financeira.
27. Após verificação pela Divisão Financeira do respetivo cabimento e compromisso, de acordo com a nota informativa, devem ser remetidos à reunião da câmara municipal todos os documentos de suporte elaborados pela equipa de apoio ao projecto, incluindo a minuta de deliberação revista pela AJ e que se anexa, nos termos das alíneas t) e u) do nº 1 do artigo 33º do RJAL, e subsequentemente à assembleia municipal para deliberação nos termos das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1 ccc) e 25º, nº 1 n) do RJAL e 53º, nº 1 e 56º, nº 3 da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, sendo posteriormente sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, nos termos do artigo 56º, nº 2 da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

28. Todo o processo de constituição da cooperativa será desenvolvido pela câmara municipal de Leiria de forma centralizada, incluindo a remessa da documentação para o Tribunal de Contas.

É o que se oferece dizer, s.m.o., sobre o assunto, devendo a presente informação ser remetida à DCPCT para os efeitos propostos nos nºs 26 a 28 da presente informação.


Inês Lopes

Jurista

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL

**Assunto: Constituição de Cooperativa do Ramo Cultural
REDE CULTURA 2027 LEIRIA - Cooperativa de
Responsabilidade Limitada**

A fim de ser apreciada em reunião de Câmara submete-se a deliberação a seguinte proposta:

- 1.** A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, integra a cultura no domínio das atribuições do município, nos termos do seu artigo 23.º, n.º 2, al. e).
- 2.** É hoje inquestionável a importância das atividades de índole cultural, quer para o crescimento económico, quer para o desenvolvimento sustentado da sociedade, não sendo menos verdade que o sucesso das iniciativas a levar a efeito pelas organizações de natureza pública ou privada deve ser potenciado através da criação de alianças estratégicas de cooperação.
- 3.** No prosseguimento de tais atribuições, exige-se dos municípios um esforço acentuado, quer ao nível da gestão, quer ao nível organizacional, suscetível de proporcionar ganhos de economia, eficiência e eficácia.
- 4.** Com tal objetivo, os representantes dos municípios constantes do manifesto em **ANEXO** pretendem continuar a afirmar o seu território como um polo de dinamização da oferta de serviços públicos - principalmente no que toca ao desenvolvimento cultural - e neste âmbito pretendem desenvolver a sua ação para o bem-estar das populações que servem, oferecendo-lhes o melhor desenvolvimento cultural, social e

económico possível.

5. Nesta linha de entendimento, foram equacionadas novas formas de gestão municipal conjunta no âmbito da educação pública, cultural e recreativa, plasmadas em manifesto subscrito em 22 de fevereiro de 2019, documento pelo qual foi criada a REDE CULTURA 2027.
6. Com essa rede, pretende-se essencialmente a promoção da partilha de criações e recursos artísticos e culturais no território abrangido pelos municípios subscritores, visando-se ainda, como fim ulterior, a preparação da candidatura da cidade de Leiria a Capital Europeia da Cultura, em 2027, através de uma estrutura com um quadro colaborativo mais amplo.
7. A estratégia de exploração dos municípios e outras entidades subscritoras do referido manifesto baseia-se na pretensão de ser desenvolvido outro ritmo de gestão na atividade cultural, através de um modelo assente no desempenho de interesse público por entidade especializada, com uma gestão mais eficiente, menos onerosa e com ganhos de escala e de gama.
8. Os valores da universalidade e da qualidade do serviço, da autossustentabilidade e da proteção dos valores culturais, bem como da racionalidade económica crêem-se bem defendidos com a criação e constituição de uma cooperativa de interesse público, também designada por régie cooperativa, moldura retirada da comparação com outros modelos associativos ou participativos e cuja valia se encontra demonstrada em estudo técnico fundamentada e independente (versão preliminar) que se junta em **ANEXO**.
9. A satisfação de necessidades coletivas, assente nos objetivos que se propõem, encontra enquadramento constitucional nos artigos 61.º, números 2, 3 e 4, e 82.º, n.º 4, al. a) da Constituição da República

Portuguesa e no disposto no artigo 58.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, bem como no Código Cooperativo, aprovado pela Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro.

- 10.** Com efeito, nos termos do artigo 2.º do supracitado Código, as cooperativas são pessoas coletivas autónomas de livre constituição que através da cooperação e entreaajuda dos seus membros visam a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais.
- 11.** Demonstrados os objetivos e a vontade expressa no manifesto assinado por todos os interessados, bem como elaboradas minutas dos necessários documentos de suporte à constituição da REDE CULTURA 2027 LEIRIA - Cooperativa de Responsabilidade Limitada (documentos em **ANEXO**), pode a mesma ser constituída por escritura pública, após as necessárias deliberações dos órgãos executivos e deliberativos municipais e a obtenção de visto por parte do Tribunal de Contas.
- 12.** O valor da participação a considerar para o Município de Torres Vedras é de € 29.480,00 (vinte e nove mil quatrocentos e oitenta euros) correspondente a 7,60% na entidade a constituir, representada por 2978 títulos de €10,00 (dez euros) cada.
- 13.** Quanto ao suporte do capital social a realizar em dinheiro, junta-se informação de suporte, consubstanciada no documento interno, que integra a informação de compromisso e cabimento orçamental para o ano de 2020, após o que será obtido o comprovativo do registo de compromisso e outras informações contabilísticas, designadamente a informação oportuna de controlo de fundos disponíveis, para a constituição da cooperativa.

NESTES TERMOS:

Na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras e nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas t) e u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeto ao executivo municipal a presente proposta, juntamente com os documentos anexos infra identificados, para que seja deliberada a criação da cooperativa denominada REDE CULTURA 2027 LEIRIA - Cooperativa de Responsabilidade Limitada.

Dado tratar-se de matéria da competência da Assembleia Municipal, esta proposta, acompanhada dos documentos descritos, será submetida a próxima reunião da Assembleia Municipal respetiva, para deliberação e aprovação da criação da cooperativa, tendo em conta o disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alínea ccc) e 25.º, n.º 1, alínea n) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o previsto no artigo 53.º, n.º 1, ex vi o disposto no artigo 56.º, n.º 3, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo posteriormente sujeita a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º, n.º 2 do mesmo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.

Neste contexto, e estando em causa matéria para a qual a lei exige a forma escrita, por escritura pública, no exercício das competências previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a outorga da escritura será efetuada, conforme minuta em anexo, sem prejuízo da concentração e desenvolvimento de todo o processo de constituição da cooperativa pela Câmara Municipal de Leiria, inclusive o envio da documentação respetiva para o Tribunal de Contas.

O Presidente da Câmara Municipal,

Carlos Manuel Antunes Bernardes

Em anexo:

- Manifesto de criação da REDE CULTURA 2027, subscrito em 22 de fevereiro de 2019;
- Estudo Técnico de Viabilidade Económico-Financeira e de Racionalidade Económica – versão preliminar;
- Minuta de Estatutos da Cooperativa;
- Minuta de Regulamento Interno;
- Informação contabilística referida no ponto 13;
- Minuta de Escritura de Constituição da Cooperativa.

REDE CULTURA 2027

- Nota Informativa -

- 1- Tendo em conta que surgiram algumas dúvidas de natureza contabilística e financeira em matéria de orçamentação e cabimento para a criação da REDE CULTURA 2027, transmitem-se, em jeito de circular, as seguintes orientações que permitirão harmonizar a instrução do processo, uma vez que a constituição da cooperativa implica encargos para os Municípios Cooperantes.
- 2- Importa, por isso, que os municípios cooperantes reúnam documentação financeira relativa ao orçamento do ano económico de 2020, tendo em vista a instrução do processo para envio ao Tribunal de Contas:
 - Informação de cabimento e de compromisso orçamental, para os encargos a suportar no ano de 2020, nos termos do Anexo I da Resolução nº 14/2011, de 16 de agosto, numeradas, datadas e assinadas;
 - Comprovativo, extraído do sistema informático de apoio à execução orçamental, do registo do compromisso, com evidência da respetiva numeração e data de registo;
 - Mapa de fundos disponíveis a retirar do respetivo sistema central de registo (DGAL), relativo ao mês de assunção do compromisso referente aos encargos respetivos;
 - Extrato da conta corrente de fundos disponíveis/registo de compromissos, até ao registo do compromisso relativo à respetiva participação;
 - Informação de controlo dos fundos disponíveis, a especificar segundo o modelo seguinte, para demonstração de que o compromisso assumido não ultrapassa os fundos disponíveis, em cumprimento do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho:

Designação da Entidade:		Mês: (artigo 7.º, n.º 1, do DL n.º 127/2012).
Orçamento para o ano de [...]		
1	Fundos Disponíveis Artigo 3.º alínea f), da Lei nº8/2012 e do artigo 5.º do DL n.º 127/2012	
2	Compromissos assumidos Valor dos compromissos já assumidos por conta do montante dos Fundos Disponíveis identificados em 1.	
3	Saldo de Fundos Disponíveis	
4	Compromisso n.º-º _____ relativo à despesa Valor do compromisso assumido com a despesa em causa e respetivo número sequencial resultante do registo no sistema informático.	
5	Saldo Residual	
Data do registo informático do compromisso referido em 4:		

Data: [...]

Identificação funcional: [...]

Assinatura: [...]